



**ACÓRDÃO Nº331/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11928/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Fundo Especial da Câmara Municipal de Manaus – FECMM
- 4- **Exercício:** 2019
- 5- **Responsável:** Joelson Sales Silva (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMM
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 788/2021-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Fundo Especial da Câmara Municipal de Manaus – FECMM. Exercício de 2019.

*Regularidade com ressalvas. Quitação. Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual do Fundo Especial da Câmara Municipal de Manaus - FECMM, referente ao exercício de 2019, de responsabilidade do Senhor **Joelson Sales Silva**, Presidente da Câmara Municipal de Manaus e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 1º, inciso II, e artigo 22, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM; c/c o artigo 188, §1º, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.
- 10.2. **Dar quitação** ao Senhor **Joelson Sales Silva**, Presidente da Câmara Municipal de Manaus e Ordenador de Despesas, à época, nos termos dos artigos 24 e 72, inciso II, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE, c/c o artigo 189, inciso II, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE.
- 10.3. **Determinar à origem** que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a ocorrência das seguintes impropriedades, em futuras prestações de contas:

**10.3.1.** Nos processos de dispensa de licitação inseridos no sistema E-contas constatou-se a existência de dois



**ACÓRDÃO Nº331/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

processos semelhantes, em desacordo com o artigo 26 Lei 8.666/1993 c/c o artigo 1º, inciso II, da Resolução nº 13/2015 - TCE-AM;

**10.3.2.** Pelo Sistema E-contas constatou-se que foi dispensada a licitação com a empresa M DO CARMO F DE SANTANA – ME, por duas vezes, com o mesmo objeto em um intervalo curto de tempo, em desacordo com o artigo 24, inciso II, da Lei 8.666/1993;

**10.3.3.** Ausência no Portal da Transparência de informações sobre licitações realizadas, em desacordo com o artigo 8º, §1º, inciso IV, da Lei nº. 12.572/2011 e artigo 7º, §3º, inciso V do Decreto 7.724/2012;

**10.3.4.** Ausência de documentos que comprovem a realização dos serviços quanto a Natureza da Despesa: 33903905 – Serviços Técnicos Profissionais, fornecidos pela empresa RINA BRASIL SERVIÇOS TÉCNICOS LTDA, em desacordo com o artigo 58, inciso III c/c o artigo 66 caput e artigo 67 caput e §1º da Lei nº. 8.666/1993;

**10.3.5.** Considerando que existe recursos para quitação dos valores deixados em Restos a Pagar inscritos no exercício. Esclarecer o motivo dos mesmos não terem sido quitados, em desacordo com o artigo 37 da Lei nº. 4.320/1964 c/c o artigo 5º da Lei nº. 8.666/1993; artigo 1º § 1º da Lei Complementar nº 101/2000;

**10.3.6.** Ausência de justificativas sobre a abertura do orçamento com o montante de R\$ 60.000,00, tendo apenas uma despesa no valor de R\$ 28.333,10, em desacordo com o artigo 5º caput c/c o artigo 102 da Lei nº. 4.320/1964;

**10.3.7.** No que tange aos Ingressos, ausência de esclarecimentos sobre do que se trata as contas e de onde vem os recursos das Transferências Recebidas Independente da execução orçamentária, em desacordo com o artigo 5º caput c/c o artigo 12 §2º, da Lei nº. 4.320/1964;

**10.3.8.** Quanto aos Dispêndios, ausência de esclarecimentos quanto ao que se trata as contas e para quem foi concedido os recursos das Transferências Concedidas independentes da execução orçamentária, em desacordo com o artigo 103 c/c o artigo 6º §1º da Lei nº. 4.320/1964.

**10.4. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.



**ACÓRDÃO Nº331/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**11- Ata:** 9ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 7 de Abril de 2021

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira Relatora

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral